

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)

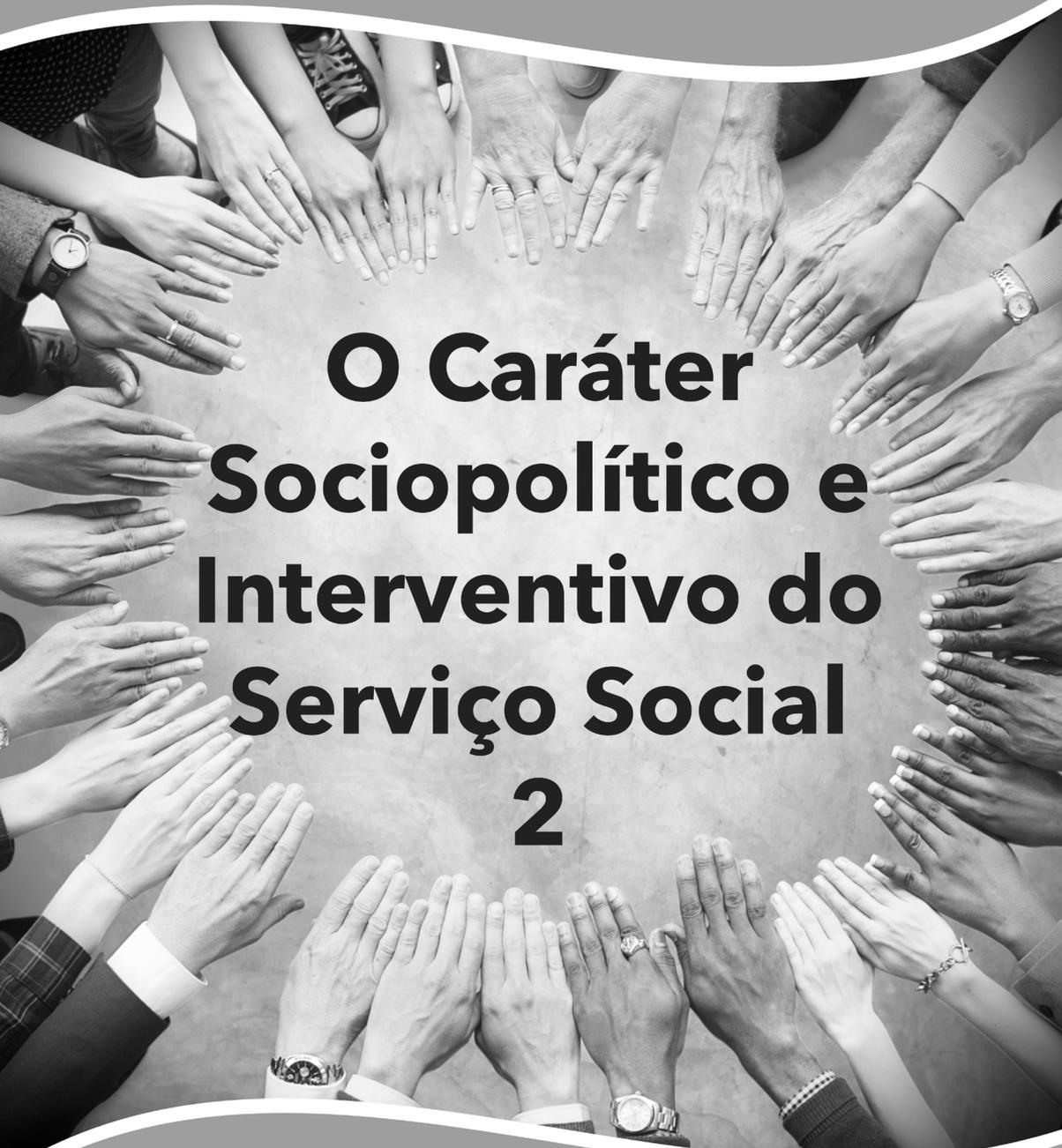


O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C262 O caráter sociopolítico e interventivo do serviço social 2 /
Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-901-1

DOI 10.22533/at.ed.011211503

1. Serviço Social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa
(Organizadora). II. Título.

CDD 360

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A coletânea “O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social” está organizada em três volumes, que trazem experiências profissionais interdisciplinares em equipes de distintas regiões do Brasil, sendo apresentadas abordagens de análise de artigos de Revisão, artigos decorrentes de pesquisa – documental, exploratória, entrevistas, bibliográfica – Relatos de Experiência, dentre outros.

No ano de 2011 o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS lançou o documento *Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social*, em 2021 uma década depois, reunimos nessa coletânea a complexidade de experiências profissionais permeadas do caráter sociopolítico e interventivo do Serviço Social que refletem concepções e escolhas do cotidiano profissional.

O segundo volume apresenta 24 capítulos e está didaticamente quatro eixos temáticos: Políticas Sociais no Brasil no contexto do Capital que apresenta dois artigos que tratam do aprofundamento do projeto ultraliberal e a exploração na relação capital e trabalho.

O segundo eixo temático coloca em evidência, através de quinze artigos, a temática do Serviço Social na Política de Assistência Social com a atuação em equipe multiprofissional e/ou interdisciplinar em distintos espaços profissionais, na defesa da garantia de direitos, no contexto de controle democrático, Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, Centro de Referência de Assistência Social, Medida Sócio Educativa, Proteção Social Básica, População em Situação de Rua, e interlocuções com outras políticas setoriais a exemplo SUS e SUAS, atuação frente à Pandemia de Covid-19, dentre outras.

O terceiro eixo temático traz a discussão do Políticas Sociais e Enfrentamento da violência através dos cinco artigos, que tratam da Lei Maria da Penha, Feminicídio, Racismo, Rede de Proteção e Trabalho Intersetorial.

O quarto eixo temático: Serviço Social e Preparação para a Aposentadoria apresenta duas experiências de trabalho com esse público.

Dessa forma, convidamos o leitor a conhecer os artigos, partilhar saberes e experiências nesse processo de eterna descoberta que é a produção e socialização do conhecimento.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL NO CONTEXTO DO CAPITAL

CAPÍTULO 1..... 1

O APROFUNDAMENTO DO PROJETO ULTRALIBERAL E O SOFRIMENTO COMO INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO

Odair Dias Filho

Edvânia Ângela de Souza

DOI 10.22533/at.ed.0112115031

CAPÍTULO 2..... 16

A VIOLÊNCIA NA RELAÇÃO CAPITAL E TRABALHO: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO NAS CENTRAIS DE TELEMARKETING

Maricelly Costa Santos

DOI 10.22533/at.ed.0112115032

SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CAPÍTULO 3..... 27

UM ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS DAS TENDÊNCIAS CONSERVADORAS NA ATUAÇÃO DAS/OS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Edístia Maria Abath Pereira de Oliveira

Catharina Cavalcanti de Melo

DOI 10.22533/at.ed.0112115033

CAPÍTULO 4..... 38

CONTROLE DEMOCRÁTICO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: OS DESAFIOS DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NO CONTEXTO ATUAL

Jucileide Ferreira do Nascimento

Heleni Duarte Dantas de Avila

Clícia Carolaine de Jesus Alves

Celina dos Santos Almeida

Cleiton Lima de Oliveira Barbosa

Juliana dos Santos Carmo

Rodrigo Sales Queiroz

DOI 10.22533/at.ed.0112115034

CAPÍTULO 5..... 48

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: APONTAMENTOS CRÍTICOS

Haidée de Caez Pedroso Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.0112115035

CAPÍTULO 6..... 60

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA: UMA ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE COARI, NO INTERIOR DO

AMAZONAS

Cristiane Andrade da Costa
Raimunda Nildes Pinheiro Moreira

DOI 10.22533/at.ed.0112115036

CAPÍTULO 7..... 70

A JUDICIALIZAÇÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

Edinilza de Oliveira Toledo
Liliane Capilé Charbel Novais

DOI 10.22533/at.ed.0112115037

CAPÍTULO 8..... 79

OS DESAFIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA: UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FORTALEZA – CEARÁ

Leiliane Martinz de Oliveira
Márcia Cristina Barros de Oliveira
Luiza de Marillac Bernardo da Rocha Cavalcante

DOI 10.22533/at.ed.0112115038

CAPÍTULO 9..... 90

O SUAS E SUS NA REGIÃO DA AMEPAR E AS DEMANDAS GERENCIAIS PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Eliane Christine Santos de Campos
Ana Cláudia Vieira Martins
Silvio Redon
Tihara Keli Maciel Siqueira Mantovani

DOI 10.22533/at.ed.0112115039

CAPÍTULO 10..... 107

MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Karen Coutinho da Silva
Luciana Macedo Duarte
Tháís da Silva Zeca Bastos

DOI 10.22533/at.ed.01121150310

CAPÍTULO 11..... 122

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AOS IDOSOS EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID 19: EXPERIÊNCIA DE UM CRAS

Marcia Liliane Barboza Kurz
Marisa Ighes Orsolin Morgan

DOI 10.22533/at.ed.01121150311

CAPÍTULO 12..... 133

A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PANDEMIA DO COVID-19: OS DESAFIOS PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA PROTEÇÃO BÁSICA

Karen Coutinho Pereira

Thaís da Silva Zeca Bastos

DOI 10.22533/at.ed.01121150312

CAPÍTULO 13..... 145

A DESPROTEÇÃO SOCIAL EM MOMENTOS DE CRISE E OS NOVOS DESAFIOS PARA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: A PANDEMIA DA COVID-19 NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ-SC

Fabiane Ribeiro

Hilton de Souza Zeferino

DOI 10.22533/at.ed.01121150313

CAPÍTULO 14..... 156

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CIDADÃOS AINDA INVISÍVEIS E OS DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL PARA GARANTIA DE DIREITOS

Gisele de Freitas Carvalho

Marcelo Ricardo Prata

DOI 10.22533/at.ed.01121150314

CAPÍTULO 15..... 166

SAÚDE MENTAL, VULNERABILIDADE SOCIAL E CIDADANIA NO BRASIL: DO DIREITO À VIDA À MISTANÁSIA

Bárbara Monique Pereira da Silva Leal

Renata Fernandes de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.01121150315

CAPÍTULO 16..... 176

O TRABALHO COM GRUPO NO SERVIÇO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO GRUPO DE APOIO AOS PAIS (GAP) DO CENTRO SUVAG DO RIO GRANDE DO NORTE

Gisleane Silva de Araújo

DOI 10.22533/at.ed.01121150316

CAPÍTULO 17..... 188

O CENTRO INTEGRADO DE JUSTIÇA JUVENIL COMO ESPAÇO PRIVILEGIADO DE OPERACIONALIZAÇÃO DO ECA

Ana Margarida Barbosa Santos

Maria Betânia Silva Magalhães

DOI 10.22533/at.ed.01121150317

POLÍTICAS SOCIAIS E ENFRETEAMENTO DA VIOLÊNCIA

CAPÍTULO 18..... 192

VIOLÊNCIA E LEI MARIA DA PENHA: A PERMANÊNCIA DA DOR

Luanna Karolyne de Oliveira Cavalcanti

Carina Felix Bezerra

Kíssia Wendy Silva de Sousa

Maria Gabrielle Chaves Silva

Maria Gabriella Florencio Ferreira

Maria de Medeiros Martins
Marcelle Queiroz de Almeida
Ingrid Raissa Guerra Lins
Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento
Paloma Lima dos Santos
Rafaela Leandro Pereira

DOI 10.22533/at.ed.01121150318

CAPÍTULO 19.....203

FEMINICÍDIO NO ESTADO DO PARÁ E SERVIÇO SOCIAL

Edilcinha de Sousa Cavalcante Magalhães

DOI 10.22533/at.ed.01121150319

CAPÍTULO 20.....215

CULTURA, RELIGIÃO E RACISMO: RETRATOS DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Laryssa Sayury Garcia
Michelle Christina de Souza Matos
Brenda Luana Ribeiro Souza
Lilian Mendes Pereira Barros
Iris Tarcila da Conceição Baia
Solange Silva Souza

DOI 10.22533/at.ed.01121150320

CAPÍTULO 21.....222

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS DO TRABALHO INTERSETORIAL NA PERSPECTIVA DE GARANTIA DE DIREITOS

Ana Joice da Silva Peraro
Marusa Fernandes da Silva
Richardson Cramolichi

DOI 10.22533/at.ed.01121150321

CAPÍTULO 22.....233

REDE DE PROTEÇÃO À MULHER: ROMPENDO COM A VIOLÊNCIA, O SILÊNCIO E A INVISIBILIDADE

Josélia Barroso Queiroz Lima
Kíria Silva Orlandi
Aline Faé Stocco

DOI 10.22533/at.ed.01121150322

SERVIÇO SOCIAL E PREPARAÇÃO PARA A APOSENTADORIA

CAPÍTULO 23.....245

TRILHANDO NOVOS CAMINHOS: REFLEXÃO EM MOMENTOS DE CRISE

Carla Cristina Coelho Augusto Pepe
Thaysa Maria Ribeiro Garcia
Nelson Felix Lima Neto

Joyce Domingues da Silva Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.01121150323

CAPÍTULO 24.....	252
PROCESSO DE ENVELHECIMENTO E APOSENTADORIA: PERSPECTIVAS DOS TRABALHADORES DO DEINFRA PARA ESSA NOVA FASE DA VIDA	
Jozadake Petry Fausto Vitorino	
DOI 10.22533/at.ed.01121150324	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	277
ÍNDICE REMISSIVO.....	278

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA: UMA ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE COARI, NO INTERIOR DO AMAZONAS

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 08/12/2020

Cristiane Andrade da Costa

Instituto de Saúde e Biotecnologia da
Universidade Federal do Amazonas
Coari - AM

<http://lattes.cnpq.br/8229549616834573>

Raimunda Nildes Pinheiro Moreira

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Coari - AM

RESUMO: O Benefício de Prestação Continuada – BPC é um direito individual, não contributivo, presente no âmbito da política de Assistência Social, pela qual é concedido um salário mínimo aos idosos com sessenta e cinco anos ou mais, assim como pessoas com deficiência de qualquer idade. O presente artigo tem por objetivo analisar a implantação do Programa BPC na Escola, no município de Coari-AM¹. O programa visa garantir o acesso e a permanência do beneficiado na escola, criando uma rede de proteção social com a participação das áreas da saúde, educação e assistência social. A metodologia utilizada foi através de revisão bibliográfica e pela coleta de dados dos questionários aplicados às famílias dos beneficiários do programa, no município. Através dos resultados obtidos foi possível

verificar que apenas 65,85% dos beneficiários do programa estão frequentando a escola, enquanto 15,85% nunca frequentaram a rede de ensino. Observou-se também que o tipo de deficiência prevalecente dentre os beneficiários no município de Coari, trata-se de deficiência física com 30,41% da amostra avaliada. Vale ressaltar que, a não continuidade do beneficiário em frequentar a escola é iniciativa própria dos pais ou familiares com 9,38%. Espera-se que as informações desse trabalho contribuam para a elaboração de estratégias de forma conjunta e articulada com as demais políticas públicas para o desenvolvimento de ações para a superação das barreiras que impedem a participação social plena dos usuários e de suas famílias nos serviços socioassistenciais.

PALAVRAS - CHAVE: Acessibilidade, Inclusão social, Intersetorialidade, Assistência Social.

**BENEFIT OF CONTINUED PROVISION:
AN ANALYSIS OF THE IMPLEMENTATION
OF THE BPC PROGRAM AT SCHOOL IN
THE MUNICIPALITY OF COARI, IN THE
INTERIOR OF AMAZONAS**

ABSTRACT: The Continuous Benefit Benefit - BPC is an individual, non-contributory right, present within the scope of the Social Assistance policy, by which a minimum salary is granted to the elderly at the age of sixty-five or more, as well as persons with disabilities of any age. The purpose of this article is to analyze the

¹ Município brasileiro situado no interior amazonense, Coari pertence ao conjunto de 62 municípios do Estado do Amazonas, tem a população estimada em 84.272 pessoas (IBGE, 2018) e situa-se a 363 km da capital do estado Manaus; está localizado no Rio Solimões entre o Lago de Miami e o Lago de Coari. O acesso ao município só é possível através dos modais hidroviário e aeroviário, assim, dificultando a integração do seu território às outras regiões do estado. Possui ainda uma área territorial de 57.921,64km² de todo território.

implementation of the BPC Program in the School, in the municipality of Coari-AM1. The program aims to guarantee access and permanence of the beneficiary in the school, creating a network of social protection with the participation of the areas of health, education and social assistance. The methodology used was through a bibliographical review, through the collection of data from the questionnaires applied to the families of the beneficiaries of the program, in the municipality. Through the results obtained, it was possible to verify that only 65.85% of the beneficiaries of the program are attending school, while 15.85% never attended the school network. It was also observed that the type of disability prevalent in the municipality of Coari is physical disability with 30.41% of the sample evaluated. It is worth noting that the non-continuity of the beneficiary attending school is the parent's or family's own initiative with 9.38%. It is hoped that the information of this work contributes to the elaboration of strategies in a joint way and articulated with the other public policies for the development of actions to overcome the barriers that prevent the full social participation of the users and their families in the social assistance services.

KEYWORDS: Accessibility, Social Inclusion, Intersectoriality, Social Assistance.

1 | INTRODUÇÃO

O Benefício de Prestação Continuada – BPC é um direito individual, não contributivo, presente no âmbito da política de Assistência Social. Foi instituído pelo artigo 203 da Constituição Federal Brasileira de 1988, sendo posteriormente regulamentado pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, e regulamentado pelo Decreto nº 1.744, de 08 de dezembro de 1995 e pela Lei nº 9.720, de 20 de novembro de 1998 e está em vigor desde 1º de janeiro de 1996. Compete à Secretaria Especial do Desenvolvimento Social e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a sua operacionalização.

O Programa BPC na Escola foi instituído pela Portaria Interministerial MDS/MS/SDH nº 18 de 24 de abril de 2007, que institui o Programa de Acompanhamento e Monitoramento de Acesso e Permanência na Escola de Pessoas com Deficiência Beneficiárias de 0 a 18 anos de idade.

O Programa foi criado com o objetivo principal promover o acesso e a permanência na escola dos beneficiários com deficiência do BPC, por meio das ações articuladas entre as políticas de assistência social, educação, saúde e direitos humanos, com gestão compartilhada entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A pesquisa apresentada tem relevância social, pois é importante não só a conquista, mas a concretização desses direitos sociais. Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar a implantação do programa BPC na escola no município de Coari-AM, a fim de contribuir com a reflexão para a garantia, efetivação do direito à educação e à ampliação à proteção social dos beneficiários do BPC na Escola, por meio da inserção de crianças e adolescentes no ensino regular, numa perspectiva inclusiva.

A pesquisa foi realizada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de

Coari-AM, através do levantamento de dados dos “questionários para identificação das barreiras para o acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC” que foram aplicados aos beneficiários e suas famílias residentes na área urbana e rural do município, em seguida foram realizadas as tabulações e as análises dos dados coletados. O presente estudo consta com uma introdução, posteriormente uma revisão de literatura acerca do tema, descrição dos métodos de pesquisa, apresentação dos resultados e análises, e as considerações finais.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Política de Assistência Social como Política Pública no Brasil

Para compreendermos a importância da Política de Assistência Social, é preciso refletir sobre o processo de sua reestruturação no Brasil enquanto política pública não contributiva e garantida pelo Estado em seus diferentes níveis, alicerçada de direitos, no qual traz inúmeros desafios. Como nos esclarece Oliveira (2005)

(...) por muito tempo a Assistência Social foi concebida como lugar da não política, da cultura do favor, de ações caritativas, voluntaristas de cunho solidário e assistencialista. Nessa lógica, a autora acrescenta que a assistência também esteve historicamente vinculada à religiosidade e consequentemente pressupunha a naturalização da pobreza.

Somente após a aprovação da Carta Magna de 1988, a Assistência passa a compor o sistema de Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social. No entanto, só em dezembro de 1993, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) foi aprovada, passando a regulamentá-la como política social pública e, com isso, gestar a possibilidade de superação do caráter emergencial e fragmentado das ações que marcam sua trajetória no Brasil:

Embora tenha composto o tripé constitucional da seguridade ao lado da saúde e da previdência social, a partir de 1988, a Assistência Social nunca se livrou absolutamente dos ranços conservadores de sua gênese, tais como o assistencialismo, o clientelismo, o primeiro damismo, seu uso como estratégia patrimonialista e o principal: sua materialização como medida de coesão social voltada à manutenção de poder político das “elites” associada a subalternização dos usuários de serviços e bens assistenciais (PAULA, 2013, p. 89).

É de grande relevância, relatar que a Política de Assistência Social vem apresentando dificuldades no que concerne a materialização de um serviço universal e de qualidade, como prevê a Constituição; existe uma lacuna mais conflitante quando se refere à concretização e realização da assistência no cotidiano dos cidadãos, de modo a construir a autonomia destes.

Ainda prevalece a necessidade do fortalecimento do sistema público de proteção

social no país e o rompimento efetivo com as concepções de clientelismo e práticas assistencialistas que ainda permeiam historicamente essa área. “Persiste ainda em torno da política de Assistência Social uma cultura moralista e autoritária que culpabiliza e responsabiliza o pobre por sua pobreza, isentando assim o Estado de sua incumbência” (YASBEK, 2004, p.11-29).

Embora a referida política possua caráter universal, destina-se aqueles que dela necessitam e, partindo desse pressuposto apreende-se que o usuário requer o aparato da assistência, quando na maioria das vezes não tem condições mínimas de subsistência ou se encontra em situação de risco e/ou vulnerabilidade social. Portanto a Assistência Social necessita, dessa forma, contribuir na criação de espaços para garantir a participação social e a inserção em outras políticas públicas, no sentido de potencializar a universalização desses direitos.

2.2 Programa de Prestação Continuada

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Assistência Social é um direito de cidadania instituído pela Constituição Federal de 1988 (CF88), garantido no âmbito da proteção social não contributiva da Seguridade Social e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993; Leis nº 12.435 de 06 de julho de 2011 e 12.470 de 31 de agosto de 2011, que alteram os dispositivos da LOAS; e pelos Decretos nº 6.214 de 2007 e 6.564 de 2008. É um benefício da Política de Assistência Social, coordenado pelo Ministério da Cidadania e operacionalizado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O BPC atualmente se insere na proteção social básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e para acessá-lo não é necessário ter contribuído com a Previdência Social. É um benefício individual, não vitalício e intransferível, que garante a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais e à pessoa com deficiência (PCD) de qualquer idade, de acordo com a pesquisa foram identificados 945 idosos e 1.330 PCD, dentre esses 284 fazem parte do Programa BPC na escola, do município de Coari.

Conforme prerrogativa legal, o BPC deve ser revisado bianualmente de modo a verificar a situação de renda e/ou de deficiência dos beneficiários. O que possibilita, também, a verificação da amplitude do benefício, no que diz respeito ao seu alcance em relação ao público a que ele se destina.

2.3 Programa BPC na Escola

O BPC na Escola é um programa do Governo Federal, de acompanhamento e monitoramento do acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência, de 0 a 18 anos que recebem o benefício de prestação continuada da Assistência Social - BPC, instituído por meio da Portaria Interministerial MDS/MEC/MS/SDH-PR nº 18 de 24 de

abril de 2007. No município de Coari, a adesão ao programa ocorreu em 2013, com sua efetivação acontecendo no final de 2018 e início de 2019, ou seja, seis (6) anos após a instituição da normativa legal do programa.

Os principais eixos de ação que estruturam o Programa são: identificação anual, entre os beneficiários do BPC com até 18 anos, daqueles que estão na escola e dos que estão fora da escola; identificação das principais barreiras para o acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC; realização de estudos e desenvolvimento de estratégias conjuntas para superação de barreiras; e realização do acompanhamento sistemático das ações e programas dos entes federados que aderirem ao Programa.

O Programa ainda constitui uma estratégia que envolve a articulação de compromissos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Um conjunto de normativas fundamenta o desenvolvimento de ações intersetoriais e interfederativa necessárias ao sucesso da estratégia pretendida. Entre elas, destacam-se:

- PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 01, de 12 de março de 2008 – Estabelece os procedimentos e aprova os instrumentos para a adesão dos entes estaduais, municipais e do Distrito Federal ao Programa BPC na Escola.
- PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 409, de 29 de abril de 2009 – Institui o Grupo Gestor Interministerial no âmbito do Governo Federal para detalhar ações e definir estratégias operacionais, propor e realizar medidas para a implantação e monitoramento do Programa BPC na Escola.
- PORTARIA Nº - 160, de 25 de julho de 2012 – Estabelece critérios e procedimentos relativos à transferência de recursos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal, com a finalidade de aplicação do questionário para a identificação das barreiras vivenciadas pelas pessoas com deficiência que tenham perfil de participação no Programa BPC na Escola.

A gestão do programa BPC da escola foi instituída a partir de um arranjo compartilhado. O planejamento, a execução, o monitoramento e avaliação das ações devem ser realizados de forma intersetorial pelas áreas de assistência social, saúde, educação e direitos humanos, e sob a coordenação do Ministério da Cidadania e Ministério da Educação.

A adesão dos estados, municípios e do Distrito Federal ao Programa BPC na Escola, estabelece compromissos – no âmbito das suas competências –, quanto à efetivação de ações para a superação das barreiras de acesso e permanência das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC. Por suposto, as ações deste programa deverão ser incorporadas à agenda das políticas públicas de assistência social, saúde, educação e direitos humanos e às dinâmicas das unidades e dos serviços dessas políticas.

Vale relatar que, o Governo Federal, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”- INEP realiza a: Identificação anual das pessoas

com deficiência beneficiárias do BPC matriculadas e não matriculadas no sistema regular de ensino, com base no cruzamento dos dados do BPC e do Censo Escolar (pareamento); Disponibilização dos dados do pareamento aos órgãos envolvidos no Programa; Instituição e manutenção de banco de dados sobre as ações desenvolvidas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, para a inclusão das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC na escola.

O Sistema BPC na Escola permite o registo dos dados referentes à adesão ao programa, à constituição dos grupos gestores estaduais, municipais e do Distrito Federal; e às capacitações estaduais e municipais. Além disso, os mesmos podem imprimir a relação dos beneficiários que deverão ser visitados, e podem inserir no sistema os dados obtidos na entrevista, vale ressaltar que o (a) Coordenador (a) da Equipe Técnica deve ser preferencialmente um assistente social, este articula as ações intersetoriais a fim de favorecer a inclusão educacional e social dos beneficiários do programa.

Implica destacar que, entre as responsabilidades previstas, cabe à Política de Assistência Social a realização de acompanhamento aos beneficiários do BPC e de sua família, garantindo-lhes o acesso ao conjunto de ofertas desta política. No entanto, é a ação articulada desta e de outras políticas públicas no âmbito local que possibilitará o acesso e permanência na escola. A assistência social é responsável também pela coordenação – nos três níveis de governo – dos Grupos Gestores (Interministerial, Estadual e Local).

Ainda em relação à ênfase na aplicação dos questionários, vale dizer que esta é a única ação no escopo do programa pela qual são repassados recursos financeiros aos municípios e Distrito Federal. Atualmente o Ministério da Cidadania repassa o valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) por questionário aplicado e inserido no Sistema BPC na Escola. Para as demais ações, sejam as intersetoriais (para superação de barreiras) ou setoriais (acompanhamento dos beneficiários) não há financiamento específico do Programa.

No município de Coari as realizações das atividades específicas de acompanhamento aos beneficiários do programa são programadas dentro do Plano anual de ação do BPC na Escola. Esse plano proporciona aos técnicos dos serviços socioassistenciais a visualização da situação vivenciada pelos beneficiários e suas famílias no que diz respeito às barreiras (obstáculos físicos, e acessibilidade, etc.). Permite, ainda, o registro do atendimento realizado pelas equipes do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/Serviço de Atenção Integral às Famílias – PAIF ou do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS/Serviço de Proteção e Atendimento a Famílias e Indivíduos – PAEFI.

3 | DADOS COLETADOS, ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

Entre os beneficiários entrevistados, encontra-se uma maioria de pessoa com deficiência física e também deficiência mental/intelectual. É preciso levar em consideração

que foram aplicados 164 questionários entre os meses de dezembro/2018 a março/19. Destes, 123 na zona urbana e 41 na zona rural. Contudo, ainda assim é possível fazer inferências quanto aos beneficiários com esses tipos de deficiências. Na amostra pesquisada, foram encontrados 26,80% de beneficiários com Deficiência Mental/intelectual e 30,41% de Pessoa com Deficiência Física, conforme a tabela 1, abaixo. Destaca-se que no município houve ações e melhorias no transporte escolar para mais acessibilidade dos usuários, e no âmbito da saúde foram concedidas órtese e prótese para esses alunos com deficiência física, garantindo-lhes mais dignidade e melhorando a autoestima dos mesmos.

Deficiência	Quantidade	%
Baixa visão	9	4,64
Cegueira	4	2,06
Deficiência auditiva	8	4,12
Deficiência física	59	30,41
Deficiência Mental/intelectual	52	26,80
Deficiência Múltipla	13	6,70
Recebe o BPC em decorrência de doenças Crônicas/ degenerativas	18	9,28
Síndrome de down	10	5,15
Surdez	6	3,09
Surdo cegueira	3	1,55
Transtornos Globais do Desenvolvimento	12	6,19

Tabela 1- Tipo de deficiência do (a) beneficiário (a)

Fonte: Questionário BPC 2018/ Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Coari

Com relação ao acesso à escola, de acordo com a tabela 2, 65,85% frequentam atualmente, destes 24 são da zona rural e 87 da urbana. Também é importante relatar que o quantitativo da zona rural é menor devido à dificuldade de acesso no período da enchente e da vazante na região. Entende-se que assistência social no desenvolvimento de ações conjuntas com as áreas da saúde, educação e direitos humanos, alcança o objetivo que garante o direito à educação inclusiva, propiciando uma vida digna e com maior autonomia e respeito às pessoas com deficiência. Desde a criação do Programa BPC na Escola, ocorreu o crescimento do número de matrículas de estudantes com deficiência em escola comum do ensino regular (classe comum), em termos absolutos e relativos.

Acesso	Quantidade	%
Frequenta a escola atualmente	108	65,85
Já frequentou a escola e não frequenta atualmente	30	18,29
Nunca frequentou a escola	26	15,85

Tabela 2 - Acesso à Escola

Fonte: Questionário BPC 2018/ Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Coari

A pesquisa também buscou analisar as situações que contribuíram para o beneficiário ter deixado à escola. Na tabela 3, é possível perceber que a iniciativa própria dos pais ou familiares de retirar o (a) beneficiário (a) da escola representa 9,38%, possibilitando avaliar esta demanda como a principal barreira identificada nesta pesquisa para acesso dos beneficiários à escola, pois de acordo com alguns pais, eles não se sentem seguros em deixar seus filhos em uma sala de aula comum, além da falta de transporte adequado aos beneficiários, principalmente na zona rural. Na amostra pesquisada, com 34,38%, verificou-se que os entrevistados não identificaram nenhuma das opções anteriores que constavam no questionário como barreiras de acesso à escola, permitindo assim uma reflexão acerca da atualização ou regionalização do questionário do programa, pois a única versão é de 2011.

Motivo	Quantidade	%
Ausência de profissionais para auxílio na comunicação (intérprete de LIBRAS, guia intérprete para surdocegos, etc)	2	6,25
Inexistência de mobiliário adequado na escola	2	6,25
Iniciativa própria dos pais ou familiares de retirar o (a) beneficiário (a) da escola	3	9,38
Nenhuma das opções anteriores	11	34,38
Outras barreiras	9	28,12
Saúde debilitada	5	15,62

Tabela 3 – Situações que Contribuíram para o Beneficiário ter deixado a Escola

Fonte: Questionário BPC 2018/ Secretaria de Desenvolvimento Social de Coari

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da implantação do Programa BPC na Escola revelou que a maioria dos beneficiários entrevistados, é de pessoa com deficiência física e deficiência mental/intelectual.

Em relação ao acesso à escola, na zona urbana, a maioria frequenta atualmente,

mas ainda é preciso um olhar atento aos beneficiários da zona rural. O que pode sinalizar para a importância do aumento do valor do benefício. Quanto às situações que contribuíram para o beneficiário ter deixado à escola, a principal barreira foi a iniciativa própria dos pais ou familiares de retirar o (a) beneficiário (a) da escola. Isso se deve também pela falta de transporte adequado para PCD, no município de Coari.

Os resultados sugerem que os gestores do programa no município de Coari, precisam dar especial atenção às ações intersetoriais entre as políticas públicas, sobretudo as relativas ao acesso aos direitos de saúde e educação. Além disso, é necessário o planejamento de estratégias de acompanhamento das famílias dos beneficiários, uma vez que sem esse apoio, o beneficiário não teria condições de frequentar à escola, sendo fundamental a atenção para a qualidade de vida do beneficiário de seus familiares.

REFERÊNCIAS

Brasil, Decreto n. 1.744 de 08 de dezembro de 1995. Regulamenta o benefício de prestação continuada devido à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, de que trata a Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e das outras providências. Brasil 1993.

Brasil, Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social, Resolução n. 145, de 15/10/2004. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

_____. (2007). **Portaria Normativa Interministerial nº 18, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiária do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social. Brasil, Brasília, Distrito Federal.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.**

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – Lei n. 8742, de 07.12.1993.**

_____. **Portaria n. 001, de 15 de junho de 2005.** Institui grupo de trabalho interministerial para proposição de novos parâmetros e procedimentos para a avaliação do nível de incapacidade para acesso ao BPC. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasília, DF, 2005.

_____. **PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 409, de 29 de abril de 2009** – Institui o Grupo Gestor Interministerial para definir estratégias operacionais, para a implantação e monitoramento do Programa BPC na Escola. Brasília, DF, 2009.

_____. **PORTARIA Nº - 160, de 25 de julho de 2012** – Estabelece critérios e procedimentos relativos à transferência de recursos com a finalidade de aplicação do questionário para a identificação das barreiras vivenciadas pelas pessoas com deficiência. Brasília, DF, 2012.

COARI, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social 2019. **Manual de Aplicação do Questionário para Identificação das Barreiras para Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiária do BPC/Brasília 2011.**

PAULA, Renato Francisco dos Santos. **Assistência Social: direito público e reclamável**. In: CRUZ, José Ferreira da Crus [et al]. 20 anos da Lei Orgânica de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Brasília: MDS, 2013.

OLIVEIRA, I. M. **Assistência Social após LOAS em Natal, a trajetória de uma política social entre o direito e a cultura do atraso**. Programa de estudos pós-graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, 2005.

YAZBEK, **As ambiguidades da Assistência Social Brasileira após Dez anos de LOAS**. In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo V.77, p. 11-29, 2004.

Sites Consultados:

ANAKIN, S. **“Regras ABNT para trabalho acadêmico”**. 2019. Disponível em: <https://coursesempregos.com/regras-abnt-para-trabalho-academico-2019>. acesso em: 23 de maio 2019.

Brasil. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica – 2012**. Brasília, DF: MEC/Inep, 2012. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/microdados.asp> Acesso em 10 de maio de 2019.

<http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/bpc-na-escola>- Acesso em 23 de maio de 2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aposentadoria 51, 53, 77, 148, 166, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276

Assistente social 34, 35, 36, 57, 59, 65, 83, 90, 91, 92, 93, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 115, 116, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 128, 130, 132, 133, 137, 142, 144, 156, 158, 164, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 201, 211, 212, 213, 220, 249, 254, 256, 275, 276

Ato infracional 113, 114, 115, 188, 189, 191

B

Benefício de prestação continuada (BPC) 63, 84, 141

C

Cadastro único 84, 87, 138, 140, 154, 172

Capitalismo monopolista 16, 26, 28, 106, 109

Centro de referência especializado da assistência social (CREAS) 108

Código de ética profissional 142

Conselhos de assistência social 38, 39, 41, 43, 47

Coronavírus 133, 134, 138, 139, 145, 148, 152, 154

Covid-19 122, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 250

D

Desigualdade social 56, 77, 94, 100, 136, 141, 163, 166, 217, 242

Direitos humanos 2, 13, 35, 61, 64, 66, 79, 82, 89, 119, 157, 167, 174, 187, 190, 194, 195, 196, 201, 228, 234, 256

Direitos sociais 3, 13, 30, 31, 33, 36, 40, 50, 54, 55, 61, 72, 73, 77, 80, 81, 82, 85, 87, 88, 94, 106, 109, 120, 121, 123, 124, 130, 131, 137, 147, 150, 165, 211, 223, 231, 238, 241, 254, 277

E

Envelhecimento 122, 123, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 247, 250, 251, 252, 253, 255, 256, 257, 258, 272, 273, 276

Espaço sócio ocupacional 115

Estágio curricular obrigatório 253

F

Feminicídio 193, 196, 197, 198, 199, 200, 203, 204, 205, 206, 211, 213, 214, 216, 223, 226

G

Grupos de convivência 122, 123, 125, 127

I

Idoso 45, 63, 68, 71, 76, 80, 82, 83, 84, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 141, 172, 247, 255, 257, 270, 274, 275

Índice de desenvolvimento humano (IDH) 84, 100

Invisibilidade 150, 233, 235, 243

J

Judicialização 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78

L

Lei Maria da Penha 192, 193, 194, 195, 199, 200, 201, 204, 205, 213, 215, 216, 218, 219, 221, 223, 225, 226, 228, 232, 238, 239

Lei orgânica da assistência social (LOAS) 42, 52, 63, 80, 84, 124, 175

M

Marx 3, 8, 15, 17, 18, 19, 20, 26, 34, 37, 49, 58, 77, 78, 109, 120, 183, 232

Marxismo 6, 31

Medidas protetivas 113, 148, 150, 219, 226, 228, 238, 239

Mínimos sociais 95, 114, 150, 152, 167, 168, 169, 170, 174, 175

Movimento de reconceituação 29, 110, 183

P

Política de assistência social 27, 29, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 48, 49, 54, 55, 62, 63, 65, 70, 72, 78, 79, 80, 81, 82, 86, 87, 88, 104, 114, 116, 124, 134, 135, 137, 138, 140, 142, 143, 145, 151, 211, 230

Política nacional de assistência social (PNAS) 41, 68, 81, 150

Políticas públicas 2, 3, 5, 11, 12, 30, 60, 63, 64, 65, 68, 73, 77, 78, 80, 81, 91, 94, 98, 100, 104, 105, 114, 123, 125, 127, 130, 134, 142, 150, 152, 153, 156, 158, 162, 163, 178, 193, 196, 198, 201, 203, 205, 209, 211, 214, 219, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 231, 235, 241, 243, 244, 247, 252, 255, 256

Políticas sociais 1, 12, 27, 30, 36, 37, 39, 40, 44, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 56, 57, 70, 71, 75, 77, 85, 91, 92, 93, 96, 100, 104, 105, 106, 108, 111, 120, 145, 154, 158, 163, 166, 212, 213, 234

População em situação de rua 102, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165

Programa bolsa família 48, 54, 55, 58, 138, 140, 154

Projeto de extensão 233, 234, 235, 237, 238, 242, 277

Proteção social básica 63, 79, 81, 82, 101, 102, 114, 122, 125, 127, 129, 131, 133, 134, 137, 138, 154, 172, 173, 230

Q

Questão social 8, 28, 29, 30, 36, 48, 49, 50, 51, 53, 57, 71, 77, 78, 80, 89, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 116, 120, 121, 126, 137, 138, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 165, 171, 182, 184, 187, 200, 212, 220

R

Racismo 2, 215, 216, 217

Redemocratização 46, 166, 235

Reestruturação produtiva 16, 17, 21, 22, 25, 53

S

Saúde do trabalhador 3, 14, 95, 245, 246, 249, 251

Saúde mental 12, 128, 139, 154, 164, 166, 171, 277

Seguridade social 3, 30, 40, 43, 52, 59, 62, 63, 70, 71, 76, 80, 81, 87, 95, 104, 124, 134, 135, 137, 138, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 154, 155, 167, 170, 171, 229, 247

Serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF) 81, 138

Serviço social 1, 16, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 36, 37, 47, 48, 49, 57, 58, 59, 69, 89, 92, 93, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 116, 117, 120, 121, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 139, 143, 156, 157, 163, 164, 165, 174, 175, 176, 177, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 201, 203, 211, 212, 213, 214, 216, 219, 245, 248, 249, 250, 251, 253, 256, 274, 275, 276, 277

Sistema único de assistência social - SUAS 124

Sofrimento do trabalhador 4

T

Totalitarismo 3

V

Vínculos familiares 81, 125, 127, 150, 158, 159, 162, 163

Violência 4, 8, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 83, 100, 112, 113, 114, 126, 157, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244

Violência contra a mulher 193, 195, 197, 198, 199, 209, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 221, 223, 224, 226, 227, 231, 235

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

Atena
Editora

Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**
Editora

Ano 2021